

RELATÓRIO DA DIRETORIA SUPERIOR

A Diretoria Superior da Organização das Voluntárias de Goiás OVG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apresenta as demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016.

Goiânia (GO), 31 de dezembro de 2016.

ELIANA MARIA FRANÇA CARNEIRO
Diretora Geral

OLAVO MARSURA ROSA
Diretor Administrativo-Financeiro

HELCA DE SOUSA NASCIMENTO
Diretora de Ações Sociais

KELEN REJANE NUNES BELUCCI
Diretora do Programa Bolsa Universitária

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro
(Em Reais)

ATIVO	NOTA	2016	2015	PASSIVO	NOTA	2016	2015
CIRCULANTE		28.931.995	37.104.903	CIRCULANTE		31.682.493	40.615.296
Caixa e Equivalente de Caixa - Sem restrição	8	860.019	520.123	Fornecedores	15	17.978.606	33.246.019
Caixa e Equivalente de Caixa - Com restrição	8	5.998.417	3.606.938	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	2.220.653	2.501.731
Repasse e Adiantamentos a Terceiros	9	172.683	-	Obrigações Tributárias	16	360.214	308.372
Adiantamentos a Funcionários e Unidades	9	8.740	6.390	Outras Provisões	17	1.560.735	642.184
Impostos e Tributos a Recuperar	10	1.095.024	-	Recursos de Convênios e Contratos	18	9.014.290	3.181.167
Estoque	11	7.658.037	3.241.872	Passivo Diferido	18	547.996	735.824
Bolsa Universitária	12	12.830.083	27.290.292	NÃO CIRCULANTE	19	1.004.084	1.235.128
Contrato de Gestão	12	-	2.050.967	Obrigações Sociais		835.513	1.002.646
Outras Contas a Receber	12	15.179	-	Parcelamento Paes		1.159	93.755
Despesas a Apropriar	13	293.814	388.322	Pensão de Reparação Civil		129.057	138.727
NÃO CIRCULANTE		12.026.997	12.486.302	Outras Obrigações		38.355	0
Realizável a Longo Prazo		1.798.315	2.205.127	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	8.272.415	7.740.782
Imobilizado – sem restrição	14	9.586.001	9.545.351	Patrimônio Social		10.137.131	10.137.131
Imobilizado – com restrição	14	547.996	735.824	(Déficits) ou Superávit Acumulados		(2.396.349)	(2.415.966)
Intangível – sem restrição	14	94.685	-	(Déficit) / Superávit do Período		531.633	19.617
TOTAL DO ATIVO		40.958.992	49.591.206	TOTAL DO PASSIVO		40.958.992	49.591.206

Demonstrações do Resultado do Período Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em Reais)			
	NOTA	2016	2015
Receitas Operacionais		137.798.483	145.354.556
Com Restrição	23	134.354.167	143.940.899
Programas (Atividades) de Assist. Social		40.349.295	61.952.929
Programas (Atividades) de Assist. Social Rest. Cidadão		15.580.940	-
Receita de Subvenção de Investimento		194.654	195.636
Assistência Social Prog. Bolsa Universitária		78.229.278	81.571.110
Gratuidade		-	221.224
Rendimento Financeiro		-	-
Sem Restrição		3.444.316	1.413.657
Contribuições e Doações Voluntários	24	2.308.404	1.117.172
Ganhos na Venda de Bordados e Outros	25	123.641	68.813
Rendimento Financeiro	26	99.201	64.340
Outros Recursos Recebidos	25 e 26	913.070	163.332
Custos e Despesas Operacionais	21 e 22	(99.760.526)	(106.080.564)
Com Programas (Atividades)			
Assistência Social		(5.951.236)	(24.288.229)
Assistência Social Restaurante Cidadão		(15.580.699)	-
Assistência Social Prog. Bolsa Universitária		(78.229.278)	(81.571.110)
Gratuidade-Doações e Transferência		-	(221.224)
Resultado Bruto		38.037.958	39.273.993
Despesas Operacionais Administrativas	22	(37.506.325)	(39.254.376)
Salários		(27.283.146)	(27.891.681)
Encargos Sociais		(1.908.039)	(4.340.454)
Impostos e Taxas		(104.645)	(89.438)
Aluguéis		(204.684)	(596.330)
Serviços Gerais		(4.546.251)	(4.297.268)
Manutenção		(57.216)	(213.268)
Depreciação e Amortização		(777.234)	(633.965)
Despesas Administrativas		(2.625.109)	(1.191.972)
Resultado antes das Subvenções Tributárias		531.633	19.617
Subvenções Governamental Tributária			
Receita Gratuidade Fiscal (CEBAS)	27	6.391.422	5.842.928
(-) Despesa Gratuidade Fiscal (CEBAS)		(6.391.422)	(5.842.928)
Receita Gratuidade Fiscal (Importação)	27	4.276.924	4.107.988
(-) Despesas Gratuidade Fiscal (Importação)		(4.276.924)	(4.107.988)
Superávit/Déficit do Período		531.633	19.617

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em Reais)			
	2016	2015	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit (Déficit) do Período	531.633	19.617	
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	777.234	628.322	
Provisões	519.088	575.502	
Juros de LP	73.601	75.822	
Resultado da baixa de ativos imobilizados	10.330	5.643	
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	4	
Superávit (Déficit) Ajustado	1.911.887	1.304.910	
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	10.904.283	(10.224.615)	
(-) Aumento em Adtos e Créd a Receber	(175.033)	233.914	
(-) Redução em convênio a receber	16.511.176	(10.430.077)	
(-) Aumento em outras contas a receber	79.329	95.493	
(-) Aumento nos estoques	(4.416.164)	(123.947)	
(-) Aumento em Impostos e Tributos a Recuperar	(1.095.024)	-	
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	(9.308.494)	9.756.008	
(-) Redução em fornecedores	(15.267.413)	9.909.704	
(+) Aumento nas obrigações sociais e trabalhistas	110.225	(40.314)	
(+) Aumento em obrigações tributárias	75.995	52.840	
(-) Redução em Outras Provisões	-	(93.014)	
(+) Aumento em Convênios e Contratos	5.960.527	70.305	
(-) Redução no Passivo Diferido	(187.828)	(143.513)	
(=) Caixa líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	3.507.676	836.303	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	(735.071)	(206.258)	
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	-	-	
Recebimento de Créditos Realiz a Longo Prazo	534.216	593.532	
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(200.855)	387.274	
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Baixa de INSS Administrativo	(249.068)	(239.735)	
Baixa de Parcelamento PAES	(124.153)	(119.500)	
Ações Trabalhistas	(173.504)	(1.000)	
Pensão de Reparação Civil	(28.721)	(26.616)	
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	(575.446)	(386.851)	
(-) Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	2.731.375	836.725	
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período			
No início do exercício	4.127.061	3.290.335	
No fim do exercício	6.858.436	4.127.061	
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	2.731.375	836.725	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)				
	Patrimônio Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.022.503	5.012.916	(2.415.969)	3.619.449
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	4	4
Superávit/Déficit do Período	-	-	19.617	19.617
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	4.101.712	-	4.101.712
Saldos em 31 de dezembro 2015	1.022.503	9.114.628	(2.396.349)	7.740.782
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit/Déficit do Período	-	-	531.633	531.633
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2016	1.022.503	9.114.628	(1.864.715)	8.272.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para o Exercício Findo Em 31 de Dezembro de 2016 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Organização das Voluntárias de Goiás - OVG, constituída sob a forma de Associação Civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado de fins não econômicos e de caráter beneficente, inscrita no CNPJ 02.106.664/0001-65, tem como finalidade precípua a Assistência Social, fundada em 30 de outubro de 1947, qualificada como Organização Social pelo Decreto Estadual nº 6.283/05, tem como missão: Desenvolver programas de assistência social, baseados nos princípios da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, contribuindo para a inclusão e proteção social e minimização das desigualdades sociais.

Público alvo:

O público alvo da OVG, assim como preconiza a Política Nacional de Assistência Social, é constituído por cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos sociais. O trabalho é voltado para a promoção e ampliação da cidadania, sendo assim, o trabalho é realizado pela equipe de profissionais de forma integrada e se dá através de procedimentos que envolvem a acolhida, a escuta qualificada, as orientações, o desenvolvimento de atividades socioeducativas, os encaminhamentos para a rede de serviços conforme a demanda apresentada, bem como a divulgação de informações e esclarecimentos quanto às rotinas, e serviços disponibilizados na organização, entendendo que vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Relaciona-se ao resultado de qualquer processo acentuado de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos, provocado por fatores, tais como pobreza, crises econômicas, nível educacional deficiente, localização geográfica precária e baixos níveis de capital social, humano ou cultural (sobre o conceito de capital, ver BOURDIEU, 1987; 1989; 1990) dentre outros, que gera fragilidade dos atores do meio social. (XIMENES, Vulnerabilidade Social, em <http://www.gestrado.org>).

Áreas de atuação:

Para alcançar o maior número de beneficiários, a OVG conta com parcerias importantes do setor empresarial, do setor público, de universidades e da própria Sociedade Civil.

A propósito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/2005 e da Resolução CNAS nº 109/2009, a OVG desenvolve os seguintes níveis de complexidade para o atendimento à população da Assistência Social, a saber:

- **Serviços de Proteção Social Básica** - Têm como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destinam-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

- **Serviços de Proteção Social Especial** - É a modalidade de atendimento sócioassistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua e situação de trabalho infantil, entre outras.

Têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo muitas vezes uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. A Proteção Social Especial pode ser de:

- **Média Complexidade** - A Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade oferece atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar. A convivência familiar está mantida, embora os vínculos possam estar fragilizados ou ameaçados. Estes serviços demandam maior especialização no acompanhamento familiar e maior flexibilidade nas soluções protetivas, requerendo, ainda, intensa articulação em rede para assegurar efetividade no atendimento às demandas da família e sua inserção em uma rede de proteção necessária para a potencialização das possibilidades de superação da situação vivida.

- **Alta Complexidade** - São considerados de Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade os serviços que oferecem atendimento às famílias e indivíduos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem. Visam garantir proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Devem assegurar também o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários. A OVG atua em todos os níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A OVG atua preponderantemente na *Assistência Social e faz interfaces com outras políticas sociais, entre estas a Saúde, Educação e Segurança Alimentar*. Compromete-se, enquanto sociedade civil organizada, efetivar as ações em conformidade com o que preconiza os princípios legais desta política no que compete às organizações sociais.

Partindo deste princípio, a assistência social na OVG está organizada em: serviços socioassistenciais de atendimento (Resolução CNAS nº 109/2009, Resolução CNAS nº 33/2011 e Resolução CNAS nº 34/2011) e de assessoramento (Resolução CNAS nº 27/2011) articuladas com a saúde e a educação. Os programas/projetos da OVG que estão no âmbito da Assistência Social são: Programa de Atendimento à Pessoa Idosa (Complexo Gerontológico Sagrada Família – CGSF; Centro de Convivência do Idoso Vila Vida – CCIVV; Centro de Convivência do Idoso Cândida de Moraes - CCICM); Rede Assistencial (Apoio ao Cidadão, Apoio às Entidades Sociais e Apoio aos Municípios; Programa de Segurança da Acolhida (Casa do Interior de Goiás – CIGO); Programa de Atendimento às Adolescentes Grávidas e Vítimas de Violência (Centro Social Dona Gercina Borges – CSDGB); Unidade Norte Ferroviário UNF.

2. SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

2.1. COMPLEXO GERONTOLÓGICO SAGRADA FAMÍLIA – CGSF, é uma unidade, de caráter assistencial geronto/geriátrico que desenvolve os seguintes atendimentos:

2.1.1 Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) – Asilar (Alta Complexidade): Capacidade 65 idosos/dia. Instituições de caráter residencial destinada ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania. Público: idosos com diferentes necessidades e graus de dependência.

2.1.2 Casa-Lar ou Instituição Residencial sob Sistema Participativo (Alta Complexidade): Capacidade 30 idosos moradores/dia. Residência participativa destinada aos idosos que estão sós ou afastados do convívio familiar e com renda insuficiente para sua sobrevivência. Trata-se de alternativa de atendimento que proporciona uma melhor convivência do idoso com a comunidade, contribuindo para sua maior participação, interação e autonomia. Público: idosos, aposentados, sem família.

2.1.3 Centro Dia (Média Complexidade): Capacidade 11 idosos/dia no primeiro semestre e 22 idosos/dia no segundo semestre. Atenção integral às pessoas idosas com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras; que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia, que, por suas carências familiares e funcionais, não podem ser atendidas em seus próprios domicílios ou por serviços comunitários. Proporciona atendimento das necessidades básicas, mantém o idoso com a família, reforça o aspecto de segurança, autonomia, bem-estar e a própria socialização do idoso. Público: É um programa de atenção integral às pessoas idosas que por suas carências familiares e funcionais não podem ser atendidas em seus próprios domicílios ou por serviços comunitários; proporciona o atendimento das necessidades básicas dos idosos que moram com os familiares e permanecem durante o dia na unidade;

2.1.4 Proteção Social Básica. Capacidade: 220 frequentadores/mês. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: serviço prestado aos idosos e seus familiares, onde são desenvolvidas planejadas e sistematizadas ações de atenção ao idoso, de forma a elevar a qualidade de vida, promover a participação, a convivência social, a cidadania e a integração intergeracional.

Público: é formado por idosos independentes que moram com seus familiares e participam de atividades no CGSF.

2.2 CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS VILA VIDA – CCIVV, as ações desenvolvidas pelo Centro de Convivência Vila Vida (CCIVV) são:

2.2.1 Casa-Lar ou Instituição Residencial sob Sistema Participativo. Capacidade: 30 idosos/moradores/dia. Residência participativa destinada aos idosos que estão sós ou afastados do convívio familiar e com renda insuficiente para sua sobrevivência. Trata-se de alternativa de atendimento que proporciona uma melhor convivência do idoso com a comunidade, contribuindo para sua maior participação, interação e autonomia. Público: idosos, aposentados, sem família.

2.2.2 Proteção Social Básica. Capacidade: 3.103 idosos/ frequentadores/mês. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: serviço prestado aos idosos e seus familiares, onde são desenvolvidas planejadas e sistematizadas ações de atenção ao idoso, de forma a elevar a qualidade de vida, promover a participação, a convivência social, a cidadania e a integração intergeracional. Público: é formado por idosos independentes que moram com seus familiares e participam de atividades no CCIVV. A ação junto aos frequentadores tem por finalidade o **Fortalecimento dos Vínculos Familiar e Comunitário da Pessoa Idosa** por meio da realização de atividades que contribuam para o processo de envelhecimento saudável, o desenvolvimento da autonomia, da sociabilidade, o fortalecimento dos vínculos familiares, o convívio comunitário e a prevenção de situações de risco social. O público-alvo dessa modalidade de atendimento são os idosos independentes da comunidade local, que moram com seus familiares, os quais, na condição de Frequentadores, participam das atividades desenvolvidas, como práticas esportivas, hidroginástica, treinamento funcional, dança de salão, aulas de pilates, de lazer, culturais, artísticas, palestras socioeducativas, reuniões recreativas, passeios, bailes, almoços comunitários, etc., realizadas durante o dia, sob orientação e acompanhamento dos profissionais do CCIVV.

2.3 CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS CÂNDIDA DE MORAIS – CCIMC.

Capacidade: 200 idosos frequentadores/mês. Tem como proposta atender pessoas idosas no **Serviço de proteção Social Básica para oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo**. É um espaço de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações. Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, o desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social está pautada nas características, interesses e demandas do idoso considerando que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. O público-alvo dessa modalidade de atendimento são os idosos independentes da comunidade local, que moram com seus familiares, os quais, na condição de Frequentadores, participam das atividades desenvolvidas, como treinamento funcional, práticas de lazer, culturais, artísticas, palestras socioeducativas, reuniões recreativas, passeios, almoços comunitários, etc., realizadas durante o dia, sob orientação e acompanhamento de profissionais. O espaço contará com: sala(s) de atendimento individualizado com equipe multiprofissional; sala para atividades laborativas e oficina de beleza (incentivo à valorização da imagem e autoestima); sala para oficina de culinária terapêutica; Sala inclusão digital (incentivo ao acesso ao mundo digital); sala de atividades (múltiplas) com atividades pedagógicas, seção de cinema, jogos lúdicos, roda de conversa, música, coral, aula de dança e atendimentos coletivos e comunitários.

2.4 CENTRO DE CONVIVÊNCIA NOVO MUNDO. Capacidade: 60 usuários. Tem como

proposta atender à demanda da população que vive em situação de fragilidade por meio de Serviços de Proteção Social Básica. É um espaço de ofertas de serviços de Convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvendo ações que visa a melhoria da qualidade de vida do cidadão e sua família e enfrentamento da pobreza. Constitui-se também, como espaço de atenção às pessoas/famílias com oferta de diferentes serviços. Todos os serviços visam, de forma completa e integrada, prestar apoio, informação, encaminhamento, aconselhamento e, por vezes, desenvolver atividades de mediação, nas questões/problemas que são colocados pelas famílias. Tem por foco o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, desenvolvendo ações complementares assegurando espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social. Contribui para a ampliação do universo informacional, estimula o desenvolvimento de potencialidades para novos projetos de vida, propicia sua formação cidadã e detecta necessidades habilidades e talentos, propiciando vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social, estimulando a participação na vida pública no território, além de desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo. As atividades estão organizadas de forma a possibilitar o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas para a inserção, reinserção e permanência no mundo do trabalho.

2.5 UNIDADE NORTE FERROVIÁRIO – UNF.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS NORTE FERROVIÁRIO - CCINF Capacidade: 60 idosos frequentadores/mês. Tem como proposta atender pessoas idosas no **Serviço de proteção Social Básica para oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo**. É um espaço de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações. Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social está pautada nas características, interesses e demandas do idoso considerando que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. O público-alvo dessa modalidade de atendimento são os idosos independentes da comunidade local, que moram com seus familiares, os quais, na condição de Frequentadores, participam das atividades desenvolvidas, como treinamento funcional, práticas de lazer, culturais, artísticas, palestras socioeducativas, reuniões recreativas, passeios, almoços comunitários, etc., realizadas durante o dia, sob orientação e acompanhamento de profissionais. O espaço contará com: salas de atendimento individualizado com equipe multiprofissional; sala para atividades laborativas e oficina de beleza (incentivo à valorização da imagem e autoestima); sala para oficina de culinária terapêutica; Sala inclusão digital (incentivo ao acesso ao mundo digital); sala de atividades (múltiplas) com atividades pedagógicas, seção de cinema, jogos lúdicos, roda de conversa, música, coral, aula de dança e atendimentos coletivos e comunitários.

2.6 CENTRO SOCIAL DONA GERCINA BORGES – Capacidade: 780 atendimentos/ primeiro semestre e 864 atendimentos / segundo semestre.

É uma unidade da OVG e presta serviço de Assistência a Gestantes e a Vítimas de Violência e/ou Exploração Sexual em situação de vulnerabilidade social, de Goiânia e região metropolitana, prestando assistência pré-natal e acompanhamento pós-parto, até um ano após o nascimento da criança. É um atendimento especial de média complexidade. A principal característica do programa é o atendimento prioritário a adolescentes e seus familiares. Assim sendo, os profissionais são capacitados para lidar com esse público, que além de estarem em uma fase de descobertas e transformações tanto físicas quanto emocionais, encontram-se em um momento singular, o que requer atenção redobrada.

2.7 GERÊNCIA DE ACESSORAMENTO E BENEFÍCIO. 12.338 serviços prestados/semestre.

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social. Tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços oferecidos nesse eixo têm como materialidade a família, com foco prioritário nos aspectos que dizem respeito à criança, ao adolescente, às pessoas com deficiência e aos idosos sendo administrado pela Gerência de Assessoramento de Benefícios. Oferece serviços de atenção e apoio ao cidadão, às entidades sociais e aos municípios:

- ✓ Objetiva a melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social, com ações focadas no atendimento das necessidades do usuário por meio de acolhimento, visita domiciliar e encaminhamentos às demais políticas públicas para que possa ter acesso aos direitos sociais e dispensação de benefícios produzidos, adquiridos ou doados a OVG. Esses serviços buscam fortalecimento de vínculos sociais e familiares para superação das vulnerabilidades e melhoria da qualidade de vida do cidadão.
- ✓ Objetiva apoiar as entidades filantrópicas cadastradas na OVG, mediante orientações operacionais e metodológicas sobre o trabalho de assistência social e repasse de benefícios em situações de emergência. As exigências da Política Nacional de Assistência Social - PNAS demandam maiores orientações às entidades sociais, especialmente quanto à forma como deve ser feito o atendimento das demandas, vez que a inobservância das regras estabelecidas pode levar à desqualificação da instituição para a prestação dos serviços como organização social. Em articulação com as instituições assistidas e com os Conselhos Municipal e Estadual de Assistência Social, a OVG contribui para a readequação das ações das diversas entidades dos Municípios e do Estado, com foco no Sistema Único de Assistência Social – SUAS e na Política Nacional de Assistência Social – PNAS;
- ✓ Objetiva o apoio às entidades sociais públicas municipais, incluídas as Secretarias Municipais de Assistência Social, na realização de ações de promoção e inclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade social dos municípios onde atuam, em interação com Prefeitos, Gestores Sociais, e Técnicos em geral. Atende os municípios goianos, exercitando e fortalecendo a parceria com o poder público municipal, através de orientação técnica em matéria de assistência social e disponibilização de benefícios sociais.

Além dos serviços realizados em parcerias, como Governo Junto de Você, Ação Cidadã e outros realizado em parceria com diversas secretárias do Estado de Goiás, o projeto Arte da manualidade realizada em cooperação mútua com a Universidade Estadual de Goiás, para que o bordado Richelieu, uma rica tradição cultivada dentro da OVG, possa ser perenizada e transmitida, aos alunos do curso de Moda que, depois de aprenderem com seus professores, já em treinamento com nossas bordadeiras, irão ensinar à comunidade vulnerável atendida pela OVG, através de um projeto de Extensão Universitária. Assim como parceria entre Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás - SEBRAE, o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Casa Civil/Gabinete de Gestão de Assuntos Internacionais e a Organização das Voluntárias de Goiás, para execução do Projeto Andorinhas, com etapa internacional, desenvolvida pelo Gabinete de Gestão de Assuntos Internacionais e Governo do Estado de Goiás e etapa nacional, em municípios goianos, onde será integrada a nossa equipe de Serviço Social da OVG, para capacitação de emigrantes e seus familiares.

2.7.1 DOAÇÃO DE BENEFÍCIOS: Quantidade: 2.108.884 unidades/ano. São materiais ortopédicos (muletas axilar e canadense, bengala, andadores, cadeira de rodas padrão tipo pedal elevado, tetra, reforçada, infantil e higiênica), fraldas descartáveis (geriátrica e infantil), bolsa para enxoval, enxovais para bebê, absorvente para pequenas incontinências urinárias, malhas compressivas, colchões especiais (sendo d'água e caixa de ovo) e leites especiais, como também a realização de

exames de DNA em parceria com o Ministério Público de Goiás fazem parte da Rede Socioassistencial da OVG e são repassados ao cidadão que procura de forma espontânea ou representado pelas entidades e aos municípios que os assistem. **O objetivo fim da não é o repasse do benefício**, mas, a realização de uma ação com qualidade, com monitoramento, com foco na família e articulada às demais políticas que resulte na possibilidade de uma reversão da situação da vulnerabilidade apresentada inicialmente por cada pessoa que deposita nesta Organização sua solicitação.

2.8 CASA DO INTERIOR

Capacidade: 1.998 usuários/semestre. É uma unidade de assistência social de Alta Complexidade, em articulação com a saúde, que visa à segurança de acolhida num ambiente de conforto e tranquilidade, proporcionando atendimento social, nutricional, psicológico, de enfermagem e pedagógico. Trabalha em parceria com as Prefeituras Municipais e Entidades Sociais e em articulação com a rede de serviços socioassistenciais e de saúde.

2.9 CENTRO GOIANO DE VOLUNTARIADO

Capacidade: 500 pessoas capacitadas/semestre e 20 instituições/semestre. O Centro Goiano de Voluntários se caracteriza pela promoção de cursos de capacitação para voluntários e instituições para o desenvolvimento da cultura do voluntariado. Nessa perspectiva, fortalece a convivência social, desenvolvendo e estimulando a convivência comunitária, com a participação efetiva do cidadão, estabelecendo relações afetivas e solidárias, formando assim novos conceitos de respeito, valores, humanidade, conduta ética e partilha. Outra característica do programa é a valorização da pessoa, enquanto sujeito capaz de transformar uma realidade, deixando profundas marcas de solidariedade, humanismo e amor.

3. EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PRODUÇÃO, ABASTECIMENTO E CONSUMO DE ALIMENTOS.

3.1 BANCO DE ALIMENTOS

Parceria entre a OVG, CEASA-GO e SEAGRO-GO para implantação de um Banco de Alimentos com o objetivo de promover a alimentação adequada e saudável, fomentando a coleta, circulação e distribuição dos gêneros alimentícios oriundos do desperdício de alimentos e da agricultura familiar, para fornecimento a entidades sociais e à alimentação de estudantes carentes, da grande Goiânia e municípios vizinhos.

3.2 RESTAURANTE CIDADÃO - Quantidade de Refeições: 1.706.100/semestre

É um programa da OVG com unidades localizadas na região metropolitana de Goiânia, no município de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Luziânia e Rio Verde, podendo incluir novas unidades nos demais municípios do Estado de Goiás que atendam aos critérios do projeto, sendo o caso dos municípios de Minaçu, Águas Lindas e Valparaíso. A implantação desses restaurantes visa à ampliação da oferta de refeições adequadas do ponto de vista sanitário e nutricional, a preços acessíveis e em local confortável e de fácil acesso, buscando beneficiar a população em situação de risco nutricional e estimular a formação de sistemas de proteção alimentar. As refeições devem ser programadas atendendo todas as leis da alimentação – quantidade, qualidade, adequação e harmonia, considerando-se os aspectos básicos de nutrição, variando os alimentos e preparando-os de forma a garantir a ingestão de todos os nutrientes.

4. PROGRAMAS ESPECIAIS

4.1 APOIO AOS ROMEIROS - Capacidade de Atendimento: 350.000. Programa de apoio às manifestações culturais da população goiana através de ações de fortalecimento das tradições que estimulam a construção de suas histórias, vivências individuais e coletivas, com espaço para descanso e distribuição de lanches aos peregrinos nas Romarias de:

- ✓ Trindade (Romaria do Divino Pai Eterno, nos meses de junho/julho, atendimento: 300.000;
- ✓ Niquelândia (Romaria de Nossa Senhora D'Abadia, em Muquém), no mês de agosto, atendimento 50.000.

4.2 NATAL OVG – Quantidade de Brinquedos: 800.000 e 100.000 pessoas na Aldeia do Papai Noel Através da promoção do Programa Natal na Praça, a OVG reconhece e viabiliza o exercício do direito da criança de se expressar pelo brincar, pela vivência artística com interação e proteção social, possibilitando a convivência, estabelecendo e fortalecendo vínculos e socialização centrada na brincadeira, com foco na garantia das seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, por meio de experiências lúdicas e da distribuição de brinquedos, na capital e em todos os demais municípios goianos. Período de execução da atividade mês de dezembro.

5. APOIO AO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO

5.1 PROGRAMA BOLSA UNIVERSITÁRIA - 17.881 bolsistas/ primeiro semestre do 11º TA e 21.933 bolsistas / segundo semestre do 11º TA. Programa instituído pelo Governo Estadual (Lei nº 17.405, de 06.09.2011) com o objetivo de oferecer bolsas de estudos a alunos universitários matriculados em instituições de ensino superior, de natureza privada integrante do sistema de educação superior do Estado de Goiás, comprovadamente sem condições de custear seus estudos.

Na forma da legislação específica, é executado pela OVG concedendo Bolsas de Estudo Integral e Parcial, nos limites fixados em lei. Como contrapartida, o beneficiário da Bolsa Universitária presta atividades durante o curso, em locais, entidades e instituições credenciadas pela OVG, com carga horária compatível com seus afazeres escolares e de trabalho, de acordo com a área de formação, ou em projetos de pesquisas cadastrados em uma das IES Credenciadas com o Programa, que tenham um professor pesquisador como orientador/coordenador, e ainda participem de cursos de formação técnica e de habilidades atitudinais na modalidade EAD vinculados aos órgãos parceiros cadastrados. Mediante assinatura de Termo de Compromisso, pactua-se com o beneficiário da bolsa que o mesmo não poderá ser reprovado em mais de uma disciplina por nota ou falta, que deverá cumprir a contrapartida, bem como proceder a renovação do benefício semestralmente e em caso de trancamento da matrícula, durante o período em que estiver na condição de bolsista, deverá fazer a Suspensão Temporária, por até dois semestres (consecutivos ou intercalados), devendo para isso fazer o requerimento no site ou presencialmente, sob pena de perda do benefício.

6. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram elaboradas observando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas principalmente na Interpretação Técnica ITG 2002 aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, cuja síntese, está demonstrada como segue:

6.1 Resumo das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da entidade.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às doações, estas são apropriadas em contas de receita pelo efetivo recebimento, haja vista que estas não têm restrição de uso por parte da OVG. No que se refere aos valores de subvenções governamentais provenientes do contrato de Gestão firmado com o Estado de Goiás, os recebimentos dos recursos são contabilizados em contas específicas do passivo e posteriormente reconhecidos em contas de receita (resultado) ou de receita diferida (passivo) na medida em que os critérios para seu reconhecimento são realizados.

c) Circulante e Não Circulante

O prazo considerado para distinção entre contas Circulante e Não-Circulante foi de um exercício social completo, ou seja, 365 dias corridos a contar da data do término do exercício.

d) Direitos de Curto Prazo

São compostos por convênios a receber, adiantamentos, impostos a recuperar, estoques e despesas antecipadas.

e) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação "legal" ou "não formalizada" presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

f) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou de acordo com o valor constante no documento de doação.

Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

Os custos de itens recebidos em doações, quando não há valor estabelecido em documento de doações, a OVG atribui um valor ao bem doado com base no valor justo no momento de seu recebimento com base em pesquisas realizadas no mercado de bens idênticos ou similares.

g) Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 14 que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens e que estão em harmonia com os índices de depreciação estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

h) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após o encerramento do exercício social. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

i) Patrimônio Líquido

Representado pelo patrimônio social inicial, acrescido (reduzido) do *superávit (déficit)* apurado anualmente e pelo ajuste de avaliação patrimonial realizado em 28/11/2008 pela Câmara de Valores Imobiliários do Estado de Goiás, e pelo *Deemed Cost* (Custo Atribuído) em 2015, conforme permitido pela NBC TG 1000 c/c ITG 10 – Adoção Inicial do Ativo Imobilizado, com base em avaliações técnicas realizadas pela Gerência de Vistoria e Avaliação de Imóveis da Superintendência de Patrimônio do Estado/SEGPLAN.

j) Tributação

A Organização das Voluntárias de Goiás-OVG é uma entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto foi provisionado no passivo. (Nota 27)

7. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

7.1 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera as taxas de depreciação e amortização estabelecidas pela Receita Federal que reflete a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado. A Entidade está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal de suas atividades operacionais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em nossos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

8. Disponibilidades: Bancos e Aplicações Financeiras	2016	2015
	Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	23.946
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição (*)	836.073	510.127
Total Recursos sem Restrição	860.019	520.123
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição	1.359.377	231.005
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição (*)	4.639.040	3.375.933
Total Recursos com Restrição	5.998.417	3.606.938
Total Geral	6.858.436	4.127.061

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a CDB/RDB, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Para maior transparência e fiscalização na utilização dos recursos recebidos pela Entidade a mesma não possui recursos em Caixa, nem mesmo para aquisição de itens de pequeno valor. Todos os recursos recebidos em dinheiro são imediatamente depositados em conta bancária específica para recebimento de recursos dessa natureza.

Cada recurso recebido em razão de convênio são alocados em conta corrente que foram criadas especificamente para gerir os mesmos e serem devidamente aplicados.

9. Créditos a Receber

	2016	2015
Repasse e Adiantamentos a Terceiros(i)	172.683	-
Adiantamentos a Funcionários e Unidades(ii)	8.740	6.390
Total	181.423	6.390

(i) Adiantamentos realizados à empresa Bonny International Trading Company Ltda para realização de importação de brinquedos.

(ii) Adiantamentos realizados às Unidades da OVG para realização de pequenas despesas e, valores a recuperar referente infrações de trânsito, pagamentos de diárias a funcionários e, reembolso de planos de saúde de funcionários em licença pelo INSS.

10. Impostos e Tributos a Recuperar

	2016	2015
Imunidade tributária do PIS sobre a Folha(i)	1.095.024	-
Total	1.095.024	-

(i) Previsão de restituição dos valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos do Programa de Integração Social - PIS, sobre a folha de pagamentos dos funcionários da OVG, conforme Processo nº 0013913-98.2016.4.01.3500 da 8ª Vara da Justiça Federal de Goiás.

11. Estoques

Em 31 de dezembro os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

	2016	2015
Almoxarifado	356.084	338.330
Bens adquiridos para Doação	71.636	655.004

Bens recebidos para doação	137.385	212.440
Estoque Matéria Prima	683.455	894.350
Estoque para importados	5.438.667	589.541
Estoque de Produtos Acabados - GAB	696.526	408.915
Estoque de Produtos Acabados - GEP	41.632	109.495
Estoque de Produtos em Elaboração	232.652	33.797
Total	7.658.037	3.241.872

12. Recursos de Convênios a Receber

	2016	2015
Bolsa Universitária(i)	12.830.083	27.290.292
Contrato de Gestão	-	2.050.967
Outras Contas a Receber(ii)	15.179	-
Total	12.845.262	29.341.259

- Representam valores pendentes de repasse para quitação de fornecedores originados de despesas já realizadas com o programa Bolsa Universitária até 31/12/2016.
- Representam valores pendentes de repasse do Programa Fomentar/Produzir da empresa Laticínios JL Ltda referente sete meses do exercício 2016, conforme Contrato de Adesão assinado em 10/11/2012; Pagamento indevido, referente a transporte e importação de amostras de brinquedos (Dominó), que será devolvido pela Empresa Fujian Quanzhou zhenyue Arts & Carfts CO. Ltda. No dia 02/01/2017; e Bloqueio Judicial Trabalhista da reclamante Maria Lucia da Paz Silva.

13. Despesas a Apropriar

	2016	2015
Seguro Veiculo	25.786	22.249
Seguro Bolsista	159.750	159.750
Vale Transporte	32.551	80.971
Vale Alimentação	-	117.849
Seguro de Vida dos Funcionários	7.503	7.503
Seguro Predial	13.777	-
Saneago	54.446	-
Total	293.813	388.322

Representam valores de seguros contratados 2016/2017 cujas despesas serão apropriadas no exercício seguinte.

- ✓ O Seguro de veículos foi contratado por 12 meses, para cobrir despesas e garantir indenizações integral, perdas parciais do veículo, danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais por passageiro, danos morais e assistência 24 horas/km ilimitado.
- ✓ Contratação de empresa especializada para prestar serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo, sem pró-labore, para os bolsistas do Programa Bolsa Universitária, pelo período de 12 meses.
- ✓ Aquisição de vale-transporte para abastecimento de cartão do sitpass para os funcionários.
- ✓ Aquisição de vale-alimentação para os funcionários.

- ✓ Contratação de empresa especializada para prestar serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo, sem pró-labore, para os funcionários da OVG, pelo período de 12 meses.
- ✓ Contratação de empresa especializada para prestar serviços de seguro predial da Sede e Unidades, pelo período de 12 meses.

- ✓ Parcelamento do consumo de água das unidades: Novo Mundo, Norte Ferroviário e Cândida de Moraes, referente ao período de 11/2011 a 02/2016.

14. Imobilizado

Composição dos Saldos Sem Restrição			Consolidado		
Discriminação	Taxa de Deprec a.a.%	Custos	Dep. Acumulada	Líquido 2016	Líquido 2015
Terrenos Urbanos	-	3.856.446	-	3.856.446	3.856.446
Máquinas e Equipamentos	10%	529.771	(319.662)	210.109	205.782
Móveis e Utensílios	10%	580.202	(374.616)	205.586	204.851
Veículos	20%	1.452.453	(862.409)	590.044	213.938
Computadores/Periféricos	20%	691.056	(576.417)	114.639	138.839
Instalações	10%	87.490	(66.991)	20.499	22.415
Prédios e Edificações	4%	6.272.906	(1.684.227)	4.588.678	4.903.080
Total		13.470.324	(3.884.323)	9.586.001	9.545.351

Movimentação do Custo		Consolidado			
Discriminação	2015	Movimentação			2016
Discriminação	Custos	Adições	Baixas	Doados	Custos
Terrenos Urbanos	3.856.446	-	-	-	3.856.446
Máquinas e Equipamentos	513.174	39.000	(22.403)	-	529.771
Móveis e Utensílios	557.469	40.525	(17.792)	-	580.202
Veículos	952.453	500.000	-	-	1.452.453
Computadores/Periféricos	726.248	42.889	(78.081)	-	691.056
Instalações	85.662	2.379	(551)	-	87.490
Prédios e Edificações	6.272.906	-	-	-	6.272.906
Total	12.964.358	624.793	(118.827)	-	13.470.324

Composição dos Saldos Com Restrição			Consolidado		
Discriminação	Taxa de Deprec a.a.%	Custos	Dep. Acumulada	Líquido 2016	Líquido 2015
Máquinas e Equipamentos	10%	43.645	(9.730)	33.915	34.636
Móveis e Utensílios	10%	46.475	(9.006)	37.468	32.969
Veículos	20%	841.500	(443.850)	397.650	565.950
Computadores/Periféricos	20%	102.322	(42.333)	59.989	80.892
Instalações	10%	24.030	(5.057)	18.973	21.376
Total		1.057.972	(509.976)	547.996	735.824

Movimentação do Custo		Consolidado			
Discriminação	2015	Movimentação			2016
Discriminação	Custos	Adições	Baixas	Doados	Custos
Máquinas e Equipamentos	40.305	3.340	-	-	43.645
Móveis e Utensílios	38.691	9.980	(2.196)	-	46.475
Veículos	841.500	49.500	(49.500)	-	841.500
Computadores/Periféricos	104.347	2.273	(4.298)	-	102.322
Instalações	24.030	-	-	-	24.030
Total	1.048.873	65.093	(55.994)	-	1.057.972

14.1 Intangível

Composição dos Saldos Com Restrição			Consolidado		
Discriminação	Taxa de Deprec a.a.%	Custos	Amortização Acumulada	Líquido 2016	Líquido 2015
Sistemas Aplicativos - Software	10%	94.685	-	94.685	-

Movimentação do Custo		Consolidado			
Discriminação	2015	Movimentação			2016
Discriminação	Custos	Adições	Baixas	Doados	Custos
Sistemas Aplicativos - Software	-	94.685	-	-	94.685

15. Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores a pagar (C. de Gestão)	1.107.233	4.307.744
Fornecedores a pagar (C. de Gestão- Bolsa Universitária)	14.099.334	28.938.227
Fornecedores a pagar (C. de Gestão Restaurante Cidadão)	2.747.494	-
Fornecedores a pagar c/ doação	4.045	48
Fornecedores a pagar c/ FOMENTAR	20.500	-
Total	17.978.606	33.246.019

Os saldos das contas fornecedores a pagar em 31/12/2016 é de R\$ 17.978.606,15 e estão compostos, por sua maioria, com recursos a repassar para as faculdades a título do Convênio N° 001/2011 (Programa de Bolsas Universitárias) assinado entre a OVG e o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) tendo como contrapartida a conta do Ativo Circulante do grupo Antecipação de Recursos de Convênios a Receber (Nota 12).

16. Obrigações Sociais, Trabalhistas e Tributárias

As obrigações decorrentes basicamente da folha de pagamento da Entidade estão assim apresentadas:

	2016	2015
Empréstimo Consignação Funcionários a Recolher	150.684	135.655
FGTS a Recolher	157.310	135.904
Indenização e Aviso Prévio a Pagar	5.467	8.526
INSS a Recolher – Administrativo	254.197	288.265
Pis/Pasep a Recolher	-	17.832
Plano de Saúde a Recolher	278.651	240.133
INSS a Recolher	175.073	155.870
INSS a Recolher Prestação de Serviço	84.251	7.890
Pensão de Reparação Civil	30.479	31.200
INSS a Recolher RPA	4.480	933
Provisões de Férias a Pagar ⁱ	975.826	1.361.693
Provisão de Pis s/Férias Provisionadas a Pagar	-	13.617
Provisão de FGTS s/Férias Provisionadas a Pagar ⁱⁱ	104.236	104.215
	2.220.654	2.501.733

(i) A provisão de Férias leva em consideração os valores devidos até 31.12.2016.

(ii) A provisão de FGTS s/ Férias foi realizada ao percentual de 8% apenas sobre a remuneração sujeita a esta contribuição e devidamente sustentada com base em controle feito pelo departamento de pessoal. As obrigações decorrentes das obrigações tributárias da Entidade estão assim apresentadas:

	2016	2015
I.R.R.F a Recolher	148.908	105.591
Parcelamento Especial - PAES	120.347	144.500
ISS Retido a Recolher	56.848	58.142
PIS/COFINS/Contribuição Social a Recolher	34.111	139
Total	360.214	308.372

17. Outras Provisões

	2016	2015
Contingências de Ações Cíveis	-	-
Contingências de Ações Trabalhistas (i)	1.560.735	642.184
Total	1.560.735	642.184

(i) Com base na opinião dos consultores jurídicos internos, a administração da OVG entende que as provisões constituídas no montante de R\$ 1.560.734,55 são suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais.

18. Recursos de Convênios e Contratos

	2016	2015
Contrato de Gestão Tesouro Repasse p/Pref. (Pend.Prest.Ctas) (i)	2.329.539	2.605.146
Subvenções Fomentar a realizar (ii)	927.047	576.020
Receita de Subvenção Diferida (iii)	547.996	735.824
Total	3.804.582	3.916.990

i. Correção monetária feita pelo Índice IGP-DI, de acordo com o Termo de Cooperação Técnica e Administrativa, cláusula oitava, combinando com a posição da SEGPLAN. Termo entre OVG e AGEHAB para construção de Centros de Educação Infantil – CEI's, em municípios do Estado de Goiás.

ii. Contrato de Adesão entre OVG e Empresas privadas, por intermédio do Programa Produzir para aplicação nos Programas Sociais.

iii. Refere-se a aquisição de imóveis com recursos provenientes do Contrato de Gestão (subvenção para investimento) cujos valores serão diferidos (receita) de acordo com sua respectiva depreciação

19. Exigíveis a Curto e Longo Prazos

É composto pelos seguintes valores:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Parcelamento Especial – PAES (i)	120.347	144.500	1.159	93.755
INSS a Recolher–Administrativo(ii)	254.197	288.265	835.513	1.002.646
Pensão de Reparação Civil(iii)	30.479	31.200	129.057	138.727
Outros	-	-	38.355	-
Total	405.203	463.965	1.004.084	1.235.128

22. Despesas com Centro de Custo e Unidades Operacionais

PLANILHA DE DESPESAS POR CENTRO DE CUSTO DA OVG: SEDE E PROGRAMAS

Descrição	Assistência Social		Administrativa		Pessoal		Financeira		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Restaurante Cidadão - Campinas	3.417.221,20	4.075.694,48						5.046,28	3.417.221,20	4.080.740,76
Restaurante Cidadão-Centro	3.362.064,00	3.446.998,16							3.362.064,00	3.446.998,16
Restaurante Cidadão de Anápolis	2.197.282,80	2.137.651,88				990,00			2.197.282,80	2.138.641,88
Restaurante Cidadão Setor Garavelo	1.477.909,35	1.966.217,00							1.477.909,35	1.966.217,00
Restaurante Cidadão UEG Anápolis	1.232.006,76	1.229.965,55			980,00	60,00			1.232.986,76	1.230.025,55
Restaurante cidadão de Rio Verde	1.015.920,00	1.007.760,00					8,25	8,56	1.015.928,25	1.010.308,56
Restaurante Cidadão Luziania - Jardim Ingá	408.000,00	1.963.104,00						2.420,00	408.000,00	1.965.524,00
Restaurante Cidadão - Valparaíso	728.100,00								728.100,00	-
Restaurante Cidadão Luziania - Estrela Dalva	378.600,00				1.323,10				379.923,10	-
Restaurante Cidadão - Minaçu	249.000,00								249.000,00	-
Restaurante Cidadão - Aguas Lindas	1.100.050,00								1.100.050,00	-
Apoio aos Romeiros de Trindade	184.576,84	162.686,37	377.848,21	144.691,74		1.440,00		73,12	562.424,05	308.891,23
Apoio aos Romeiros do Muquém	6.619,64	13.101,52	29.968,69	30.330,77		26.210,00		67,05	36.588,33	69.709,34
Goiás Sem Frio	155.043,74	172.262,75							155.043,74	172.262,75
Criança Feliz Natal	1.473.508,61	6.174.718,81	635.137,06	629.356,23			3.671,28	2.906,09	2.112.316,95	6.806.981,13
CEPAIGO		13.274,71								13.274,71
OEC Norte Ferroviário		703,87		78.760,85		67.849,38				147.314,10
OEC Novo Mundo		768,39		82.901,97		190.346,64				274.017,00
OEC Cândida de Moraes		851,71		77.597,16		104.048,99				182.497,86
Centro de Qualificação Profissional				33.680,56		44.301,23				77.981,79
Depto de Apoio ao Restaurante Cidadão	8.700,00	11.674,02	16.690,13	3.800,26	765.920,30	755.611,71			791.310,43	771.085,99
Departamento da Rede Socioassistencial	4.264,95	671.809,43	3.221,71	7.787,39	327.584,03	1.111.791,08		645,62	335.070,69	1.792.033,52
Gerência de Assessoramento e Benefícios	3.214.216,30	182.767,18	80.025,94	16.875,69	2.664.661,69	2.120.092,59	110,38	333,17	5.959.013,31	2.320.068,53
Centro Social Dona Gerolina Borges	84.986,73	52.751,93	140.444,05	137.994,03	1.277.821,45	1.371.786,63	1.123,39	1.218,98	1.504.375,62	1.563.751,57
Casa do Interior de Goiás	228.774,77	229.030,55	861.594,76	626.728,38	2.037.772,67	2.642.184,93	1.999,79	461,83	3.130.141,99	3.498.405,69
Centro Goiano de Voluntários	1.620,57	1.537,61	267.575,13	176.417,68	580.724,82	634.207,43			849.920,52	812.162,72
U-NF Unidade Norte Ferroviário	22.901,73	8.285,48	444.953,31	201.426,26	999.826,48	764.601,73			1.467.681,52	974.313,47
Complexo Gerontológico Sagrada Família	230.578,76	272.780,47	1.491.679,83	1.189.092,91	3.331.227,76	3.483.345,91	3.476,37	2.775,94	5.056.962,72	4.947.995,23
Centro de Convivência Vila Vida	68.796,19	75.434,09	377.257,85	324.192,62	1.685.888,55	1.887.166,00	3.135,71	177,64	2.135.078,30	2.286.970,35
CCI-Centro de Convivência de Idosos	72.348,60		2.326,65		9.266,52				83.941,77	-
Centro Conv.de Idosos C.de Moraes	50.703,69	7.125,95	360.631,01	173.695,23	1.150.994,16	1.309.234,50			1.562.328,86	1.490.055,68
U-NM Unidade Novo Mundo	473,79	1.246.047,53	245.293,30	196.780,21		214.869,55	2.367,95	63,61	248.135,04	1.657.760,90
Programa Bolsa Universitária	77.378.763,94	80.898.479,11	862.322,05	682.219,70	2.427.306,63	2.401.175,99	648,69	747,00	80.669.041,31	83.982.621,80
Despesas da OVG Sede	174.500,84	57.081,12	2.058.954,02	1.484.101,38	11.929.886,88	13.095.861,27	4.365.027,88	4.173.134,89	18.528.369,62	18.810.178,66
Total Geral das Despesas por CC.	98.927.531,80	106.080.563,87	8.255.923,70	6.298.430,92	29.191.185,04	32.232.135,56	4.381.569,69	4.187.659,78	140.756.210,23	148.798.789,93

(i) A Organização formalizou a opção em 03 de outubro de 2003 ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei No. 10.684/03. A adesão ao PAES foi deferida em 15 de dezembro de 2003 e objetivou, além de alongar o perfil da dívida atinente aos parcelamentos em curso, promover o refinanciamento desses mesmos débitos tributários e outros naquela oportunidade confessados. No período corrente houve uma amortização no valor de R\$ 124.152,77 (Cento e vinte quatro mil cento e cinquenta dois reais e setenta e sete centavos). Findo o exercício em 31/12/2016 faltam 18 parcelas.

(ii) Parcelamento junto ao INSS decorrente de multa aplicada em virtude da divergência de valores recolhidos. No período corrente houve uma amortização no valor de R\$ 249.068,10 (duzentos e quarenta nove mil e sessenta oito reais e dez centavos). Faltam 18 parcelas.

(iii) Ação de indenização, protocolo 9801067004 da 1ª vara civil da comarca da Goiânia. No período corrente houve uma amortização no valor de R\$ 28.721,11 (vinte e oito mil e setecentos vinte um reais e onze centavos).

20. Patrimônio Líquido

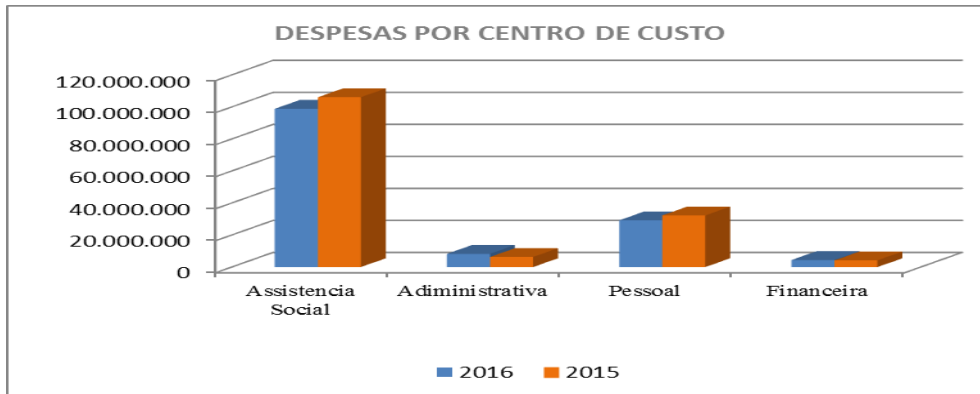
Representado pelo patrimônio social inicial, acrescido (reduzido) do superávit (déficit) apurado anualmente .

	2016	2015
Doações e Subvenções	1.022.503	1.022.503
Ajuste de Avaliação Patrimonial (i)	9.114.628	9.114.628
Superávit ou (Déficits) Acumulados	(1.864.715)	(2.396.349)
Total	8.272.416	7.740.782

21. Custos de Execução dos Principais Programas Sociais:

Programas Sociais	2016	2015
Bolsa Universitária	77.396.575	80.875.133
Restaurante Cidadão	15.580.699	15.838.456
Goiás sem Frio	181.522	172.263
Oficinas Educacionais Comunitárias (OEC' s)	-	2.324
Doações de Veículos	-	-
Natal OVG	2.112.317	6.174.719
Apoio aos Romeiros de Trindade	162.686	162.686
Apoio aos Romeiros do Muquém	36.588	13.102
Centro de Qualificação Profissional	-	-
Enxoval para Bebê	237.383	266.702
Malha Compressiva	10.131	13.007
Fraldas Descartáveis	318.918	181.423
Cadeira de Rodas	1.222.420	761.525
Auxílio a Entidade	254.334	254.334
CEPAIGO	-	13.275
Outros Programas de Benefícios	1.414.937	1.351.615
Total	98.928.511	106.080.564

NATUREZA DAS DESPESAS POR CENTRO DE CUSTO	2016	2015	2016%	2015%
Assistência Social	98.927.531,80	106.080.563,67	70,3%	71%
Administrativa	8.255.923,70	6.298.430,92	5,9%	4%
Pessoal	29.191.185,04	32.232.135,56	20,7%	22%
Financeira	4.381.569,69	4.187.659,78	3,1%	3%
SUBTOTAL I	140.756.210,23	148.798.789,93	100%	100%



NATUREZA DAS DESPESAS SEM CENTRO DE CUSTO	2016	2015
DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO	777.233,88	628.322,18
ATUALIZAÇÃO TJLP - PAES	-	10.172,96
DESPESAS C/ GRATUIDADE - CEBAS	6.391.422,29	5.842.928,48
BAIXA DO IMOBILIZADO	10.330,42	5.642,69
SUBTOTAL II	7.178.986,59	6.487.066,31

TOTAL GERAL	147.935.196,82	155.285.856,24
--------------------	-----------------------	-----------------------

REALIZAÇÕES DA OVG EM 2016

EXECUÇÃO FÍSICO PROGRAMADA E REALIZADA - 2016

META	ESPECIFICAÇÃO	DADOS FÍSICOS METAS			
		PROGRAMADO	1º SEM/2016 REALIZADOS	2º SEM/2016 REALIZADOS	TOTAL DE 2016
1	1. SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS (RECURSO TESOUREO)	1.111.061	33.609	151.468	185.077
	1.1 APOIO AO IDOSO	3.730	3.258	2.675	5.933
	1.1.1. COMPLEXO GERONTOLÓGICO SAGRADA FAMÍLIA	337	302	280	582
	- Modalidade ILPI Asilar (Mês)	65	65	66	131
	- Modalidade (ILPI) Casa-Lar (Mês)	30	28	26	54
	- Modalidade Centro Dia (Mês)	22	11	13	24
	- Modalidade Centro de Convivência (Mês)	220	198	175	373
	1.1.2. CENTRO DE CONVIVÊNCIA IDOSOS VILA VIDA	3.133	2.696	2.065	4.761
	- Modalidade Casa Lar	30	28	28	56
	- Modalidade Centro de Convivência	3.103	2.668	2.037	4.705
	- Freqüentadores	853	617	311	928
	- Participantes Bailes e Tardes Dançantes	2.250	2.051	1.726	3.777
	1.1.3. CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS CÂNDIDA DE MORAIS - CCICM	200	260	330	590
	- Modalidade Centro de Convivência (Proteção Básica)	200	260	330	590
	1.1.4. CENTRO DE CONVIVÊNCIA NOVO MUNDO - CCNM	60	0	0	0
	- Modalidade Centro de Convivência	60			0
	1.2 REDE ASSISTÊNCIAL	1.107.331	30.351	148.793	179.144
	1.2.1 UNIDADE NORTE FERROVIÁRIO - U-NF	60	152	277	429
	- Atendimento ao Idoso	60	152	277	429
	1.2.2 CENTRO SOCIAL DONA GERCINA BORGES - CSDGB	1.644	942	917	1859
	Atendimento a Adolescentes (Média Complexidade)	660	416	276	692
Atendimento a Adolescentes pos- parto (Média Complexidade)	264	64	89	153	
Atendimento a Familiares	720	462	552	1.014	

EXECUÇÃO FÍSICO PROGRAMADA E REALIZADA - 2016

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	1º SEM/2016 REALIZADOS	2º SEM/ 2016 REALIZADOS	TOTAL DE 2016
1.2.3 GERÊNCIA DE ACESSORAMENTO E BENEFÍCIO (GASSBE)	1.100.591	26.273	145.121	171.394
1.2.3.1 SERVIÇOS	24.676	12.651	8.694	21.345
- Apoio a Entidades Sociais	1.200	1.296	700	1.996
- Acolhimento Familiar	11.000	5.338	5.640	10.978
- Visita Familiar	1.200	413	333	746
- Orientação e Encaminhamento Familiar	11.000	5.338	2.005	7.343

- Municípios atendidos *	246	246		246
- Eventos em parcerias	30	20	16	36
1.2.3.2 Doações de Benefícios Assistenciais	1.075.915	13.622	136.427	150.055
- Doação de Materiais Ortopédicos**	5.986	2.155	2.732	4.887
- Doação de Fraldas Descartáveis (Geriátricas e infantil)***	1.032.018	3.652	124.960	128.612
- Doação de Bolsa para enxoval	7.200	1.418	739	2.157
- Doação enxoval para Bebê	7.200	2.810	1.678	4.488
- Doação de Malha Compressiva****	260 Kg	492 Kg	21,597 Kg	22 Kg
- Doação de absorvente (pequena incontinência urinária)	1.500	0	0	0
- Doação de Colções (Caixa de Ovo e Colchão D'agua)	691	0	226	226
- Doação de leites Especial	21.120	3.558	6.021	9.579
- Exames de DNA	200	29	31	60
- Outros *****	0	6	40	46
1.2.4 CASA DO INTERIOR DE GOIÁS	3.996	2.088	1.800	3.888
- Apoio a Pessoas do Interior para Tratamento Médico em Goiânia (ano)	3.996	2.088	1.800	3.888
1.2.5 CENTRO GOIANO DE VOLUNTÁRIOS - CGV	1.040	896	678	1.574
- Capacitação de Voluntários	1.000	868	662	1.530
- Capacitação de Instituições	40	28	16	44

2. EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PRODUÇÃO, ABASTECIMENTO E CONSUMO DE ALIMENTOS (RECURSO PROTEGE E TESOURO)				
2.1 BANCO DE ALIMENTOS - Implantação				
	Refeições Programadas Anual	Refeições Servida 1º semestre de 2016	Refeições Servida 2º semestre de 2016	TOTAL DE 2016
2.2 RESTAURANTE CIDADÃO				
REFEIÇÕES, DIÁRIAS E APOIO OP. E ADM.	3.412.200	1.269.211	1.436.724	2.705.935
- Unidade Goiânia I - Centro	633.600	295.200	276.000	571.200
- Unidade Goiânia II - Campinas	660.000	303.300	276.000	579.300
- Unidade III Anápolis - Centro	396.000	185.700	117.875	303.575
- Unidade IV Anápolis - UEG	264.000	136.836	172.500	309.336
- Unidade V Aparecida de Goiânia	297.000	134.175	116.149	250.324
- Unidade VI Luziânia - Jardim Ingá	158.400	6.600	69.000	75.600
- Unidade VII Luziânia - Estrela Dalva	158.400	600	69.000	69.600
- Unidade VIII - Rio Verde	158.400	73.800	69.000	142.800
- Unidade IX - Minaçu	158.400	0	115.000	115.000
- Unidade X - Valparaíso	264.000	11.000	113.000	124.000
- Unidade XI - Aguas Lindas	264.000	122.000	43.200	165.200

EXECUÇÃO FÍSICO PROGRAMADA E REALIZADA - 2016

META	ESPECIFICAÇÃO	DADOS FÍSICOS METAS			
		PROGRAMADO	1º SEM/2016 REALIZADOS	2º SEM/2016 REALIZADOS	TOTAL DE 2016
3. PROGRAMAS ESPECIAIS					
3	3.1. APOIO A ROMEIROS	350.000	300.000	0	300.000
	- Romaria de Trindade	300.000	300.000	0	300.000
	- Romaria de Muquém	50.000	0	0	0
	3.2. NATAL OVG	900.000	0	106.434	106.434
	- Brinquedos	800.000	0	56.434	56.434
- Aldeia do papai Noel	100.000	0	50.000	50.000	

META	ESPECIFICAÇÃO	DADOS FÍSICOS METAS			
		PROGRAMADO	1º SEM/2016	2º SEM/2016	TOTAL DE 2016
4. APOIO AO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO (RECURSO TESOURO E PROTEGE)					
4		PROGRAMADO		REALIZADO	
		1º SEM/2016	2º SEM/2016	1º SEM/2016	2º SEM/2016
	4.1 BOLSA UNIVERSITÁRIA	21.227	17.881	19.980	18.880
	- Bolsa Universitária Integral (ativas)	2.109	2.063	1.656	1.451
	- Bolsa Universitária Parcial I (ate R\$ 500,00) (ativas)	1.425	2.024	2.292	2.614
	- Bolsa Universitária Parcial II (ate R\$ 400,00) (ativas)	5.543	7.181	7.126	7.360
	- Bolsa Universitária Parcial III (até R\$ 300,00) (ativas)	12.150	6.613	8.906	7.455
NÚMERO DE BOLSAS CONCEDIDAS			4.919	3.131	

*Nº de municípios atendidos: 246; quantidade de atendimento aos municípios 1º semestre 183; 2º semestre 333; total 2016: 516 atendimentos, média de 43/mês.

** Doação de Materiais Ortopédicos (São materiais ortopédicos: muletas axilar e canadense, bengala, andadores, cadeira de rodas padrão tipo pedal elevado, tetra, reforçada, infantil e higiênica).

*** Doação de Fraldas Descartáveis (não há mais produção de kit, aquisição por unidade).

**** Doação de Malha Compressiva - não soma no total geral de benefícios, é registrado em Kg (84 pessoas receberam o benefício).

***** Outros - 1º semestre - aquisição e doação de 6 camas hospitalares; 2º semestre - aquisição e doação de 40 latas de leite especial doados emergencialmente a quadrigêmeos residentes no município de Itumbiara.

22.1 Reapresentação de Informações Anteriores

Referente às informações dos elementos "Salários" e "Despesas Administrativas" apresentadas nas Demonstrações do Resultado do Período de 2015 comparativamente com a de 2016 nestas demonstrações contábeis estão sendo reapresentadas em razão de que houve indevidamente uma redução de R\$ 5.842.928 na rubrica "Salários" e uma adição, do mesmo valor, na rubrica "Despesas Administrativa" referente a verba de Receita e Despesa da Gratuidade Fiscal (CEBAS). Esta Adição e Redução não representou nenhuma alteração no resultado apresentado em 31/12/2015 não havendo necessidade de reapresentar um novo relatório de auditoria referente a esse período, já que Adição e a Exclusão do mesmo valor anula qualquer efeito sobre os resultados apresentados nas demonstrações contábeis em 2015.

Com base na letra "a" do item 42 e no item 46 ambos da NBC TG 23 – Políticas Contábeis Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, reapresentamos abaixo os saldos anteriores (de 2015) para que seja possível manter e preservar as características qualitativa da comparabilidade das demonstrações contábeis em 31/12/2016 para serem úteis para tomadas de decisão e reafirmar que esta reapresentação não alterou e nem alterará o resultado do período de 2015. No quadro abaixo está sendo adicionado e excluído o valor de R\$ 5.842.928 dos elementos da DRE "Salários" e "Despesas Administrativas" a fim de apresentar a informação correta.

REAPRESENTAÇÃO DE SALDO ANTERIOR DA DRE			
Elemento	31/12/2015 Antes da Reapresentação	Correção de Erro	31/12/2015 Após Reapresentação de Saldo
Salários	(22.048.753)	(5.842.928)	(27.891.681)
Despesas Administrativas	(7.034.900)	5.842.928	(1.191.972)

0,00

Efeito sobre o Superávit do Período em 31/12/2015

Com base nas explicações e quadro acima na Demonstração do Resultado do Período, na coluna 2015, os elementos "Salários" e "Despesas Administrativas" estão reapresentadas com os valores de R\$ 27.891.681 e R\$ 1.191.972 respectivamente.

23. Receitas de Convênios

As receitas de convênio são compostas pelos seguintes convênios:

	2016	2015
Programas (Atividades) de Assistência Social	40.349.295	61.952.929
Programas (Atividades) Restaurante Cidadão	15.580.940	-
Receita de Subvenção de Investimento	194.654	195.636
Assistência Social Programa Bolsa Universitária	78.229.278	81.571.110
Gratuidade	-	221.224
Total	134.354.167	143.940.899

	2016	2015
Subvenção Federal - INSS Patronal	4.757.953	4.441.899
INSS Patronal – Autônomos	34.187	15.661
SAT	475.795	447.790
SAT Autônomos	3.419	1.566
Terceiros	989.204	932.488
Terceiros Autônomos	7.692	3.524
PIS sobre Folha	123.173	-
Impostos sobre Importação	4.276.924	4.107.988
Total	10.668.347	9.950.917

24. Receitas de Doações

As receitas de doações estão compostas pelos seguintes grupos:

	2016	2015
Pessoa Física	2.818	8.820
Pessoa Jurídica	1.912.591	898.004
Fomentar/OVG	188.770	210.348
Publicidade	204.224	-
Total	2.308.404	1.117.172

28. Eventos Subsequentes

✓ Até aprovação e o encerramento das demonstrações financeiras de 2016, no início de 2017 foram repassadas OP – Ordem de Pagamento, referente ao exercício de 2016 nos valores de:

Bolsa Universitária	OP nº 005, 006 e 007	R\$ 14.096.248,00
Restaurante Cidadão	OP nº 001 e 002	R\$ 3.295.310,90
Manutenção de Programas de Proteção e Inclusão Social da OVG	OP nº 004, 015 e 024	R\$ 1.889.941,94

25. Receitas Eventuais

As receitas eventuais foram originadas da realização dos seguintes eventos:

	2016	2015
Promoções Beneficentes	111.554	1.750
Barraca/Natal na Praça Cívica	6.100	6.000
Venda de Bordados e Outros	81.246	60.656
Venda de Produtos Inservíveis	42.395	8.157
Casa Cor	28.400	25.960
Feira do Estudante Expo CIEE Goiás	12.575	-
Outras Receitas	754.440	129.622
Total	1.036.710	232.145

26. Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão compostas por:

	2016	2015
Descontos Obtidos	1	819
Juros Recebidos sobre Aplicação Financeira	99.201	63.521
Total	99.202	64.340

27. Cota Patronal INSS e Outras Receitas

O valor usufruído pela imunidade tributária referente à Cota Patronal INSS é de R\$ 6.268.249,75 (seis milhões duzentos e sessenta oito mil duzentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos), PIS sobre a folha de pagamento R\$ 123.172,54 (cento e vinte três mil cento e setenta dois reais e cinquenta e quatro centavos) e de imunidade tributária na importação de brinquedos para execução do Programa Natal OVG é no valor equivalente de R\$ 4.276.924,46 (quatro milhões, duzentos e setenta e seis mil, novecentos e vinte quatro reais e quarenta e seis centavos), conforme detalhado abaixo.

✓ A Organização das Voluntárias de Goiás – OVG, tem previsão para recebimento de aproximadamente R\$ 500.000,00 em recursos através de 33 (trinta e três) contratos de adesão assinados com empresas que aderiram ao Programa Fomentar/Produzir, conforme Decreto Estadual nº 5.515 de 20/11/2001, que regulamenta o incentivo da Lei 13.844/2001.

✓ Contrato de Prestação de Serviços Nº001/2017 que tem como Contratada a empresa IPOG – Instituto de Pós Graduação & Graduação Ltda, assinado em 11/01/2017, conforme processo nº377138, que tem como objeto serviços educacionais de MBA em Liderança e Gestão do Terceiro Setor, aos empregados da Organização das Voluntárias de Goiás – OVG, com duração de 22 meses/528 horas/aulas. As despesas no total de R\$ 440.000,00 correrão por conta de recursos próprios, conforme informação da Diretoria Administrativa e Financeira, dos quais 20% serão custeados pelos colaboradores beneficiados. O objetivo desta contratação é melhoria e a capacitação dos colaboradores para as novas exigências de gestão para o terceiro setor. Em razão da exclusividade de módulo oferecido esta contratação foi realizada na modalidade de contratação direta.

✓ Através do Ofício nº 3896/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, Coordenação Geral de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social e a Coordenação de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, foi comunicado o deferimento da renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, protocolizada sob o nº 71000.141763/2014-61, conforme Portaria nº 82/2015 itens 332 de 28/07/2015, publicada no Diário Oficial da União de 30/07/2015, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017.

✓ Ressaltamos que não possuímos nenhum outro Convênio com órgãos ligados às atividades de Educação e/ou Saúde.

✓ Além das informações mencionadas anteriormente não existe nenhum outro fato relevante que necessita ser mencionado.

29. Autorização para Conclusão das Demonstrações Contábeis

A Diretoria autorizou, em 22 de março de 2017, a conclusão das demonstrações contábeis e notas explicativas referente ao exercício de 2016. Era o que temos a relatar e esclarecer em adendo às demonstrações contábeis hora apresentadas e encerradas.

Goiânia (GO), 31 de dezembro de 2016.

ELIANA MARIA FRANÇA CARNEIRO
Diretora Geral

OLAVO MARSURA ROSA
Diretor Administrativo-Financeiro

DANILZA DE JESUS LOURENÇO
Gerência de Apoio Contábil
CRC-GO 013532/0-6

HELCA DE SOUSA NASCIMENTO
Diretora de Ações Sociais

KELEN REJANE NUNES BELUCCI
Diretora do Programa Bolsa Universitária

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Coordenadores da

ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS - OVG

Goiânia – GO

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Organização das Voluntárias de Goiás - OVG** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Organização das Voluntárias de Goiás - OVG** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade sem finalidade de Lucros (ITG 2002) e a Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000).

Base para opinião com ressalva

1. A Entidade não elaborou estudo específico quanto à análise da vida útil ou mensuração do valor recuperável de seus ativos imobilizado (não incluindo neste os terrenos e edificações), ou seja, não foi aplicado **teste de recuperabilidade** do imobilizado (*impairment*) no que se refere à mensuração da vida útil, conforme exigido pelas práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/2007 e normas brasileiras de contabilidade convergidas ao padrão internacional IFRS, principalmente a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A ausência dessa análise constitui uma limitação de escopo de nossos trabalhos, e, consequentemente, não temos condições de avaliar a existência de possíveis perdas ou depreciações a maior/menor consignados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016.
2. A entidade evidenciou valores a receber, em 31/12/2016, em Outras Contas a Receber no montante de R\$ 15.179 e deste R\$ 5.257 são provenientes de Contrato de adesão por parte de empresas privadas que são beneficiadas por benefícios tributários do Programa Produzir, que optaram por contribuir para com esta entidade, tornando-se uma contribuição obrigatória devido ao compromisso assumido para com a Entidade e para com o Programa Produzir. No entanto os controles internos sobre estas operações não permitem concluir sobre o saldo apresentado haja vista que o mesmo reflete apenas o montante dos valores a receber de empresas que vêm contribuindo periodicamente para com a Entidade, sendo necessário realizar levantamento de todas as empresas beneficiadas pelo Programa Produzir que optaram por contribuir para com a OVG e assim refletir esta informação em seus relatórios contábeis e financeiros.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

1. Conforme descrito na nota explicativa nº 10 a Entidade tem "previsão de restituição dos valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos para o Programa de Integração Social – PIS, incidente sobre a folha de pagamento dos funcionários da OVG, conforme Processo nº 0013913-98.2016.4.01.3500 da 8ª Vara da Justiça Federal de Goiás". **Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.**
2. Conforme descrito na nota explicativa nº 28 "Através do Ofício nº 3896/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, Coordenação Geral de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social e a Coordenação de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, foi comunicado o deferimento da renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, protocolizada sob o nº 71000.141763/2014-61, conforme Portaria nº 82/2015 itens 332 de 28/07/2015, publicada no Diário Oficial da União de 30/07/2015, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017." **Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.**

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentado para fins de comparação foram por nós auditados, e na oportunidade emitimos relatório de auditoria com opinião modificada com ressalva em 21 de março de 2016.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **Entidade** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000) e às Entidades sem Fins Lucrativos (ITG 2002), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Entidade**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Entidade** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia-GO, 22 de março de 2017.

BRAVO'S Auditores Independentes SS

CRC – GO 1818/O-8

Marcelo Alejandro Galindo Bravo

Contador CRC-GO 015750/O-4

Vinicius Rodrigues Monteiro

Contador CRC-GO 024.467/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da **ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS**, no uso de nossas atribuições legais estatutárias, após examinarmos atos da gestão e respectivos documentos do exercício social de 2016, somos de opinião que as Demonstrações Financeiras relativas a este exercício estão aptas a serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária dos Associados.

Goiânia (GO), 22 de março de 2017.

HÉLIO UMENO JÚNIOR
CPF: 492.558.001-91

FERNANDO XAVIER DA SILVA
CPF: 125.986.231-34

ANTONIO EURÍPEDES DE LIMA
CPF: 124.898.911-20